



**SINDUSCON-AM**  
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

2017

**newsletter** | Edição 1  
Ano 1  
Janeiro

24/01/2017

**D24am**

Atualizado as 8:00 AM  
Manaus - terça-feira 24 de janeiro de 2017 - 8:30 AM  
26° mín 23° máx 29°

## Salário de admissão sobe em meio à crise

No Amazonas, o salário médio inicial subiu para R\$ 1.234,10, no ano passado, com ganho real de 0,57%, já descontada a inflação, segundo o levantamento do Ministério do Trabalho

O salário de admissão do trabalhador celetista no Amazonas teve um crescimento real de 0,57% em 2016, já descontada a inflação do período. A remuneração inicial que era de R\$ 1.151,84 em 2015, passou a ser R\$ 1.234,10, em 2016, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). A crise econômica afetou não só o saldo de empregos no Estado que fechou o ano com a perda de 18 mil postos de emprego, mas a renda do trabalhador que vem perdendo poder de compra nos últimos anos.

Em 2015, o salário de admissão cresceu apenas 5,87% em relação ao de 2014, abaixo da inflação do período que alcançou 11,27%.

Já a relação entre o salário do homem e da mulher melhorou e caiu de 89,4%, em 2015, para 88,7%, ou seja, a mulher ganha R\$ 0,88 para cada R\$ 1 que o trabalhador do sexo masculino recebe. Apesar do resultado, o salário delas aumentou 5,7% no ano, abaixo do rendimento deles que cresceu 6,5%.

No Amazonas, o maior salário de admissão está no setor extrativo mineral com média de R\$ 4.829,49, seguido do serviço industrial de utilidade pública com renda inicial de R\$ 1.636,72, em seguida aparece a indústria que paga em média R\$ 1.452,47 e a construção civil R\$ 1.392,31. Os menores salários estão no comércio, com R\$ 1.029,56, na agropecuária com R\$ 1.079,81, na administração pública, com média de R\$ 1.105,03 e em serviços, com renda média inicial de R\$ 1.255,83.

O Amazonas perdeu 18 mil postos de emprego com carteira assinada, no ano passado, dos quais 6,2 mil só na indústria de transformação.



Foi o segundo pior resultado desde 2003, o começo da série histórica, e superado apenas em 2015, quando 37 mil postos foram perdidos.

**Nacional** - No País, O salário médio de admissão caiu 1,09% em termos reais, ou seja, já descontada a inflação, em relação a 2015. O valor saiu de R\$ 1.389,19 para R\$ 1.374,12, de acordo com dados do Caged. Apesar disso, o Ministério do Trabalho destaca que a perda salarial em 2016 foi menos intensa do que no ano anterior, quando o recuo havia sido de 1,64% em relação a 2014.

Em 2016, a queda na média salarial dos homens (-2,43%) foi mais intensa do que no caso das mulheres (-0,99%), movimento que já havia sido observado no ano anterior. "Após dois anos sucessivos de redução mais acentuada dos salários de admissão masculino, a média salarial da mulher passou a representar 89,24% da média salarial do homem", disse o Ministério do Trabalho.

# Governo quer imóveis do 'Minha Casa' mais próximos a centros urbanos



O governo decidiu acabar com a política de construção de grandes conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida para as famílias de renda mais baixa. De acordo com fontes ouvidas pelo GLOBO, a orientação para novos empreendimentos é levantar prédios em áreas já urbanizadas e mais próximas ao centro das cidades. Essa é uma guinada na condução de um dos principais programas sociais do país. E é uma resposta a várias críticas de especialistas em urbanismo feitas ao longo dos anos.

Há um ano e meio, O GLOBO mostrou, em uma série de reportagens, que o programa vitrine do governo petista criou guetos de pobres por todo o país. Os moradores com menor renda eram retirados de habitações precárias e transferidos para grandes conjuntos construídos em áreas fora das cidades. Segundo os especialistas, a qualidade de vida caía porque, apesar da casa própria, a distância para o trabalho aumentava, a escola dos filhos era pior, e os centros de saúde passavam a ficar mais distantes.

Agora, o governo chegou à conclusão de que os urbanistas tinham razão. Os técnicos constataram que as prefeituras não cumpriram os compromissos de criar escolas, postos de saúde e infraestrutura. Estas contrapartidas custam caro para os municípios, que estão com as finanças desorganizadas pela crise dos últimos anos.

— Não dá para contar com os prefeitos. Temos de fazer projetos em que já haja infraestrutura — argumentou uma fonte do governo.

**MAIS UNIDADES EM ÁREAS MENORES-** Esses grandes conjuntos habitacionais eram criados para a população mais pobre, a chamada “faixa 1” do programa Minha Casa Minha Vida. Famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.800 compram unidades com subsídio quase total do governo, que paga até 90% do imóvel. Mas essa população era a mais prejudicada ao se afastar das cidades. Agora, o governo quer manter essas pessoas nas regiões mais centrais.

O fato de construir os imóveis em terrenos mais valorizados — por serem próximos aos centros — não necessariamente aumentará o valor do subsídio dado às famílias. Isso porque serão produzidas mais unidades em uma área muito menor, já que a ideia é erguer espigões. Atualmente, os grandes conjuntos habitacionais são feitos de prédios baixos e em áreas espaçosas, para abrigar toda a infraestrutura necessária.

Por causa dessa mudança de concepção, todo o arcabouço do programa será repensado. Na hora de fechar os acordos com cada cidade, o governo federal fará outro tipo de exigência de contrapartidas aos prefeitos.

Os técnicos do programa já entraram em contato, por exemplo, com o novo prefeito de São Paulo, João Doria Junior, com o governador do estado, Geraldo Alckmin, para que eles garantam a manutenção dos elevadores que devem ser instalados nos prédios destinados à baixa renda por pelo menos dez anos.

— Não dá para contar com o pagamento de taxa de condomínio para garantir a manutenção de elevadores — ponderou uma fonte a par das tratativas, que completou: — Temos que entregar um imóvel seguro para as famílias.

Esse é um desenho voltado para as cidades maiores. Capitais como Rio, Belo Horizonte, Recife e Salvador sofrem o drama da retirada dessas famílias, que são levadas para áreas mais pobres.



## PACOTE DE ESTÍMULO À CONSTRUÇÃO

O governo acerta ainda os últimos detalhes para anunciar um aumento do programa habitacional. Destinar mais recursos é uma estratégia para usar o Minha Casa Minha Vida como um dos motores que podem fazer a economia do país reagir e voltar a crescer em 2017.

Numa reunião realizada ontem, os técnicos debateram um conjunto de medidas, que deve ser lançado nos próximos dias, de estímulo ao setor da construção civil. Ele inclui, por exemplo, o aumento do teto do valor dos imóveis que podem ser enquadrados no programa habitacional. Deve haver, ainda, uma correção dos limites de renda das famílias que serão enquadradas nas faixas do Minha Casa Minha Vida.

Os ministérios do Planejamento e das Cidades, juntamente com a Caixa Econômica Federal, decidiram ainda que deve ser criada uma multa para o caso de desistência pelo comprador do imóvel. Os técnicos têm conversado diretamente com os empresários do setor sobre o assunto.

Segundo uma fonte ouvida pelo GLOBO, o presidente Michel Temer tem recebido avaliações de que incentivar o setor da construção civil é o jeito mais rápido de estimular a recuperação econômica neste ano.

— Não tem jeito. Tem de ser pela construção civil. Não tem como os leilões de infraestrutura ou investimentos de mais longo prazo que estão prestes a sair gerarem emprego ainda neste ano. Só a construção civil consegue isso no curto prazo — comentou um assessor próximo ao presidente da República.

## 3,2 MILHÕES DE CASAS ENTREGUES

Para incentivar o setor, o governo também estuda aumentar os subsídios nos juros cobrados dos mutuários. Os técnicos têm escutado dos empresários que esses estímulos são necessários para levantar o setor abatido pela recessão econômica.

Apesar das diversas críticas feitas pelos especialistas ao Minha Casa Minha Vida, o programa é considerado um sucesso pelo governo. Segundo o Ministério das Cidades, desde 2009, foram contratadas mais de 4,4 milhões de unidades habitacionais: um giro de R\$ 323,8 bilhões (dinheiro tanto do mutuário quanto do governo). Ao todo, foram entregues aproximadamente 3,2 milhões de casas em todo o país.



## **Implurb avalia andamento de projetos de revitalização no centro histórico de Manaus**

Publicado em 23/01/2017

O novo diretor-presidente do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb), Claudio Guenka, pretende não só dar continuidade aos projetos de revitalização no centro histórico da cidade, iniciados pelo antecessor dele, Roberto Moita, como vai dar prioridade a esses projetos durante a gestão dele no instituto.

Numa primeira visita ao centro histórico da capital amazonense, na última sexta-feira (20), Claudio Guenka visitou as obras de revitalização no Porto de Manaus e no entorno da Avenida Eduardo Ribeiro.

De acordo com o presidente do Implurb, a Praça da Matriz é a maior obra em andamento na área do centro histórico de Manaus, realizada pela Prefeitura, com projeto do Implurb, aprovação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Com a obra concluída, a cidade ganhará um bonito e arborizado Largo da Matriz, onde serão destaques, além do espaço, o Relógio Municipal e o Obelisco, com a abertura de novos passeios públicos.

Claudio Guenka destaca ainda o projeto da Praça Tenreiro Aranha, que teve o traçado original restaurado para como era na década de 1920, com a recriação de parte dos jardins, abertura da via central, e também a transposição do Pavilhão Universal para a Praça Adalberto Valle, que passará por licitação. Composto de dois canteiros triangulares, o espaço, mais arborizado, contará com o plantio de espécies tropicais, enquanto o outro lado terá o desenho dos antigos jardins resgatados na paginação de pedras portuguesas brancas e pretas, com árvores no perímetro.

As ruas laterais serão resgatadas com paralelepípedos e a pavimentação será com peças pré-moldadas de concreto.

Conectada à Praça Tenreiro Aranha, a Praça Adalberto Valle está num ponto de grande visibilidade, inclusive para o rio Negro, e ganhará o Pavilhão restaurado no futuro, com entorno contendo jardins baixos e bancos. Na via lateral será feito o resgate de pavimentação e paralelepípedos. Uma nova via será criada do lado Oeste da praça para o resgate do fluxo de trânsito como nos anos 20.

Todas praças serão adequadas às normas de acessibilidade, instalações de novos sistemas de iluminação pública, sinalização, mobiliário urbano e paisagismo.

24/01/2017 às 10h43

# Brasil fecha 2016 com déficit de US\$ 23,507 bilhões na conta corrente

Por Eduardo Campos e Alex Ribeiro | Valor



**BRASÍLIA** - O Brasil encerrou 2016 com um déficit em suas transações correntes de US\$ 23,507 bilhões, o equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB), melhor resultado desde 2007, quando foi registrado superávit de 0,03% do PIB.

O total do ano ficou um pouco acima da projeção do Banco Central (BC), de déficit de US\$ 22 bilhões, ou 1,22% do PIB. Para 2017, a previsão da autoridade monetária é de saldo negativo de US\$ 28 bilhões, ou 1,43% do PIB.

Em dezembro de 2016, a diferença entre o que país gastou e o que recebeu nas transações internacionais relativas a comércio, serviços, rendas e transferências unilaterais alcançou US\$ 5,881 bilhões. A projeção do BC era de um montante de 4,2 bilhões.

Para dar a dimensão do ajuste das contas externas em 2014, o déficit em transações correntes tinha sido de 4,24% do PIB, chegando a se aproximar dos 4,5% em 2015. Com a forte valorização do dólar em 2015 e a acentuada retração da atividade, as contas externas tiveram um dos maiores ajustes já captados pelas estatísticas do BC.

## Mercado

Bolsa +5 -5 Moedas

Moeda	Compra	Venda	Varição
Dólar Comercial	3,1637	3,1643	↓ -0,13%
Dólar Ptax - Bacen	3,1657	3,1663	↑ +0,17%
Dólar Turismo	3,1000	3,2900	↑ +0,00%
Euro Comercial	3,3978	3,3990	↓ -0,10%
Euro x Dólar - Bacen	1,0742	1,0743	↑ +0,15%
Euro Turismo	3,3400	3,5400	↓ -0,14%

# Brasil registra déficit de US\$ 23,5 bi nas contas externas de 2016

Rombo é o menor da série histórica do Banco Central

POR GABRIELA VALENTE

24/01/2017 11:00 / atualizado 24/01/2017 11:05



BRASÍLIA - A recessão econômica promoveu um ajuste das contas externas brasileiras. Segundo o Banco Central, o déficit de todas as trocas de serviços e do comércio do país com o resto do mundo ficou em US\$ 23,5 bilhões em 2016. É o mais baixo desde 2010, quando o Banco Central passou a registrar os dados.

Houve uma queda de 40% do rombo das contas externas em relação ao ano anterior. Em 2015, também houve um ajuste. Essa melhoria foi provocada pela crise econômica e política.

Em 2015, as incertezas políticas aumentaram o dólar e provocaram a recessão vivida pelo país até hoje. Com menos atividade, o país gasta menos com matéria prima, viagens e outros tipos de serviços.

Por isso, o rombo das contas, que chegaram a US\$ 104 bilhões em 2014 estão num patamar mínimo. Foi o maior ajuste já visto desde 1947. O dólar acima de R\$ 3 freou as importações de empresas brasileiras, mas não fez com que elas exportassem mais.

No entanto, a perspectiva de recuperação da economia brasileira fez com que o Brasil recebesse cada vez mais investimento estrangeiro direto. No ano passado, o país recebeu 6% a mais de recursos produtivos: foram US\$ 78,9 bilhões. Como os investimentos que ingressaram no país cobrem com folga o déficit das contas externas, os economistas consideram um quadro favorável.



## Engenharia Unida em defesa da Petrobras e do interesse nacional

“Na direção do crescimento e desenvolvimento, estamos com o movimento ‘Engenharia Unida’, composto por entidades de trabalhadores e patronais, empresas, academias, conselhos profissionais. Temos uma responsabilidade enorme em alimentar com ideias e propostas a Frente Mista Parlamentar de Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento. Vamos utilizar esse palanque para intervir e apresentar saídas. Temos que preservar nossas empresas.” Com essas palavras, Murilo Pinheiro, presidente da FNE – que também está à frente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp) – conclamou as lideranças presentes a reunião nesta segunda-feira (23), na sede da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), na Capital, à unidade em defesa da engenharia nacional, ameaçada pelas medidas anunciadas recentemente em relação a petróleo e gás.

Abrindo o encontro, o anfitrião César Prata, presidente do Conselho de Óleo e Gás da Abimaq, apresentou as preocupações principais do setor, todas vinculadas à perda de capacitação técnica e ausência de conteúdo local nos investimentos a serem feitos. A partir da Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), explicou ele, companhias estrangeiras podem se instalar, explorar e processar petróleo no Brasil, com isenção de tributos. Citou como exemplo o caso de Pecém, no Ceará, em que se instituiu uma usina siderúrgica coreana. “Consumem matéria-prima local e depois exportam aço para a Coreia.” Segundo Prata, a linha do governo é “repetir essa receita em mais 21 projetos, como no Maranhão, com a China”. O representante da Abimaq o programa de concessões à iniciativa privada, sem contrapartida para garantir os interesses nacionais. “Em petróleo, está havendo uma espécie de desnacionalização de tudo o que nos interessa.”



Ele citou ainda a discussão de um marco regulatório para o setor, cuja proposta inicial, que não asseguraria conteúdo local, foi bloqueada por iniciativa de uma coalizão formada por entidades da indústria do segmento. O agora denominado Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor) está em negociação. Outro problema diz respeito à isenção tributária total a companhias estrangeiras, a partir da proposta de renovação do Repetro. Instituído nos anos 1990, trata-se, segundo explicou Prata, de um regime para renúncia fiscal ao setor de petróleo. “Alertamos o governo que esse embute um viés importador, inclusive da engenharia.” Outro motivo de preocupação é o chamado waiver, relativo à liberação de se utilizar conteúdo local. “Isso afetou um monte de gente, com montanhas de encomendas e empregos passando por fora do país”, revelou Prata. Conforme informou o presidente do conselho da Abimaq, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) entrou com ação judicial contra essa medida. Os presentes à reunião manifestaram apoio à medida e a disposição de se associarem a ela. Por fim, o anúncio de que empresas nacionais não poderão participar da licitação relativa à retomada das obras de construção da unidade de processamento de gás do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). “A Petrobras convidou 30 empresas, todas estrangeiras.”

“Inaceitável.” Assim classificou essa medida, que considera o estopim que motiva uma luta fundamental, o coordenador da Frente Mista Parlamentar de Engenharia, deputado federal Ronaldo Lessa (PDT-AL). Salientando a importância da reunião na Abimaq, ele vaticinou: “Aqui começa a ‘Engenharia Unida’. O Congresso Nacional deve ser uma caixa de ressonância à sociedade das demandas necessárias. É importante essa aliança, essa inteligência subsidiar o Legislativo e contribuir (com a frente). Vou precisar demais de vocês naquela Casa.”

Entre os encaminhamentos desse encontro estão: manutenção da engenharia unida; elaboração de manifesto contra o desmonte do segmento e com as reivindicações da categoria; informação sobre a situação do setor e a Petrobras; tentativa de envolver governadores dos estados; agendamento de reuniões com os ministérios de Minas e Energia e Fazenda, bem como com o Presidente da República; e um calendário de novos encontros. O próximo está marcado para 9 de fevereiro, em Brasília, aproveitando reunião da Frente Parlamentar.

Além dos anfitriões da Abimaq – incluindo o presidente José Veloso e outros membros –, estiveram também presentes os presidentes do Clube de Engenharia, Pedro Celestino; do Sindicato Nacional da Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), José Roberto Bernasconi; do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – Infraestrutura (Sinicon), João Borba Filho; do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), José Tadeu da Silva; dos conselhos estaduais de São Paulo e Minas Gerais (Creas), Vinícius Marchese Marinelli e Jobson Andrade (este também vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais – Senge-MG), respectivamente; do Instituto de Engenharia, Camil Eid; o vice-presidente da Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi), Marcelo Corrêa; os diretores da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (Sobena) Luiz Pimentel e Daniel Cueva (SP); o representante da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Olímpio Alves dos Santos; os diretores da FNE Carlos Bastos Abraham, Flávio Brízida, Sebastião Fonseca (presidente do Senge-AC); Antonio Florentino (do Senge-PI); José Luiz Azambuja (diretor do Senge-RS); José Ailton Pacheco (presidente do Senge-AL); Thereza Neumann (vice-presidente do Senge-CE), além de diversos dirigentes do Seesp, bem como de várias associações do setor. Participaram do encontro ainda o cientista político e consultor sindical do Seesp e da FNE, João Guilherme Vargas Netto; o professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), economista Antonio Corrêa de Lacerda; o coordenador técnico do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, da FNE, Carlos Monte; o diretor geral do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), Saulo Krichanã Rodrigues; o jornalista João Franzin, coordenador da Agência Sindical; entre outros.